

De um jornalismo sexista a um jornalismo com perspectiva de gênero

Maíra Kubík T. Mano*

Resumo:

Esse artigo investiga a cobertura feita pela imprensa – especificamente os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* – sobre eventos onde as mulheres são protagonistas de ações políticas diretas. O objetivo é compreender de que forma elas são retratadas, partindo-se da hipótese de que, em sua maioria, as notícias utilizariam linguagem sexista e preconceituosa. Percebemos que, em muitos espaços, a fala daquelas que estavam organizando e participando de atos sequer foi ouvida, reiterando a posição hierarquicamente inferior que as mulheres ocupam na sociedade. Posição essa que a mídia não apenas reproduz, mas também, cotidianamente, produz.

Palavras-chave: Gênero; comunicação; imprensa.

From a Sexist Journalism to a Journalism with a Gender Perspective

Abstract:

This article investigates the coverage by the media, specifically the *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo*, of events in which women are protagonists of direct political action. The object is to understand how they are portrayed, departing from the hypothesis that in general the media uses sexist and discriminatory language. We note that in many spaces the speech of those organizing and participating in events was not even heard, reiterating the inferior hierarchical position that women occupy in society. The media not only reproduces that position but also produces it daily.

Keywords: Gender; communication; press.

Introdução

Em 1995, a Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Pequim, considerou a mídia como uma das 12 áreas de interesse especial para a promoção da

* Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, professora do Programa de Pós Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia e pesquisadora do Núcleo de Estudos Intedisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA), Salvador-BA, Brasil. End. eletrônico: mairakubik@gmail.com

igualdade entre homens e mulheres. Ali se colocou a importância de estimular a capacitação em questões de gênero e comunicação para os profissionais da mídia com o fim de motivar a difusão de mensagens não discriminatórias sobre as mulheres. As metas, no entanto, parecem não terem sido colocadas em prática. De acordo com o último Monitoramento Global dos Meios, da WACC (World Association for Christian Communication), as mulheres representam apenas 21% das pessoas que figuram nas notícias, apesar de serem 52% da população mundial. E em apenas 10% dos casos elas são o foco da notícia (Chare; Santoro, 2007: 11).

Sendo sua ausência e silenciamento na mídia dados já bastante explorados em estudos anteriores, decidimos refletir sobre a questão da baixa representatividade por outro enfoque: nos questionamos sobre *como* as mulheres aparecem nas poucas matérias onde são o foco, com o objetivo de analisar criticamente a cobertura da imprensa em relação ao protagonismo delas. Inúmeros percursos poderiam ser trilhados para discorrer sobre essa questão. Contudo, no lugar de fazer uma busca aleatória sobre as matérias em que as mulheres surgiriam como fonte, optamos por uma data em que sabíamos que elas necessariamente apareceriam: o Dia Internacional das Mulheres¹, 8 de Março, em especial as manifestações e protestos.

Elencamos como hipótese central para a pesquisa que, ao tratar do protagonismo de mulheres em ações políticas diretas (Melo, 2003), a grande imprensa utilizaria uma linguagem sexista e preconceituosa. Santoro (2007) identifica uma linguagem “sexista” que reflete a desigualdade entre homens e mulheres:

A língua não é neutra e reflete a relação dos sexos na sociedade com a posição da mulher na dita relação. A língua é o espelho no qual a sociedade se reflete. O predomínio do masculino na sociedade significa que o masculino determina o uso da língua. De fato o gênero masculino prevaleceu sobre o feminino. Se cai em linguagem sexista quando uma pessoa emite uma mensagem que, por suas formas, palavras ou modo de estruturá-la, resulta em discriminação por razão de sexo” (Santoro, 2007: 141. Tradução nossa)

Como hipótese secundária, estabelecemos que haveria um tratamento ainda mais depreciativo quando se trata de mulheres que realizam ações contra-hegemônicas. Considerando a mídia como aparelho privado de hegemonia (Gramsci, 2007: 216), a suposição feita é a de que na cobertura das ações de mulheres ocorre uma dupla opressão: de gênero e de classe.

¹ Para mais informações sobre a data, consultar, dentre outros: Coté (1984); Gianotti (2004) e Blay (2004).

A pesquisa foi dividida em três partes: estudo teórico, obtenção e seleção dos arquivos de jornais e análise das notícias. Delimitamos temporalmente a seleção e análise das notícias entre 1985 – início da dita Nova República e quando a censura estatal sobre os periódicos estaria suspensa – e 2005, ou seja, durante 20 anos. Isto se deu pela necessidade de fazermos uma pesquisa atual do ponto de vista histórico, mas também de fôlego, capaz de embasar as considerações finais. Começamos em 1985 por ser o fim formal da ditadura militar (1964-1985), o que significa que a cobertura da imprensa não sofreria mais restrições, objeções ou censuras explícitas do Estado. Encerramos em 2005, data em que a mobilização do 8 de Março reuniu 15 mil mulheres nas ruas de São Paulo.

Estudamos as notícias em dois veículos específicos, a *Folha de S. Paulo* e o *O Estado de S. Paulo*. A escolha se deu pela importância de ambos, que detêm as duas maiores tiragem de jornais em São Paulo, local onde a pesquisa foi desenvolvida, e estão entre os quatro grandes jornais do país em termos de circulação².

O método utilizado nas notícias foi a análise de conteúdo qualitativa em jornalismo (Herscovitz, 2007: 123). A opção se deu por entendermos como fundamental ter uma base de dados sobre o objeto – levando em consideração também o grande volume de material pesquisado – e, ao mesmo tempo, ter uma reflexão que insira esses resultados dentro de um contexto social e histórico mais amplo. A técnica de amostragem é não-aleatória (2007: 129). A unidade de registro é o texto inteiro (Herscovitz, 2007: 135), estando contempladas apenas matérias – e não colunas, textos de articulistas em geral e editoriais. Para a tabulação quantitativa de dados, foram escolhidos alguns parâmetros que buscam identificar a valorização e tratamento dado a essas notícias (Tem chamada na capa? Se sim, tem imagem? / Ocupa posição de destaque no jornal? / É a principal chamada da página? / Tem recurso visual – fotos, mapas e/ou infográficos?; a cobertura do ponto de vista das participantes das mobilizações (Qual é o número de fontes que representam a organização do ato?); e a linguagem (A matéria utiliza linguagem sexista?).

Entre 1985 e 2005, foram analisadas 59 notícias – 34 publicadas pela *Folha* e 25 pelo *OESP*. Não contabilizamos as matérias e artigos relativos à condição feminina em geral ou às ações institucionais promovidas por governos e universidades, tais como debates, shows e inaugurações de obras – constantes na data. Discutimos aqui apenas a cobertura referente às ações políticas diretas organizadas e executadas por mulheres. Para termos um espectro mais amplo, foi estudado também o 09 de Março, pois avaliamos que os eventuais protestos da véspera poderiam se tornar notícia no dia seguinte.

² Instituto Verificador de Circulação. Disponível em: <<http://www.circulacao.org.br>>. Acesso em 05 de fevereiro de /2009.

As mulheres na mídia

De acordo com a autora argentina Claudia Laudano (2007: 213), a relação entre o feminismo e os meios de comunicação através dos tempos pode qualificar-se como conflitiva:

Os meios de comunicação, em diferentes latitudes e temporalidades, mostraram interesse de desprestigiá-las [as mulheres feministas] ou banalizá-las. E a incorporação paulatina de algumas reivindicações ou preocupações pontuais na agenda pública em geral não implicou em contemplar o marco explicativo da desigualdade de gênero. (grifo nosso)

A mídia seria, sob essa perspectiva, um espaço de reprodução da desigualdade construída (Bocchini; Relmão, 2006: 167) entre homens e mulheres, “que inferioriza as mulheres, de diferentes maneiras e em diferentes escalas, modelando a maneira como são vistas e tratadas no mundo público e em suas casas” (2006: 167); um meio privilegiado de transmissão do modelo hierarquizado do que é feminino e masculino no interior das relações sociais (Bocchini; Relmão, 2006), colaborando para a naturalização de posições e de determinações que são frutos de construção social, cultural e histórica (Bocchini; Relmão, 2006).

Com ponto de vista semelhante, Beatriz Fainholc (1993: 12-13) aponta que os meios de comunicação social são forças sociais conservadoras, onde as mulheres só aparecem como sujeitos com protagonismo quando se constituem em “pessoas informativas exibicionistas” ao se exibirem (como artistas, parentes de pessoas de renome, delinquentes etc.) ou quando podem dar alguma rentabilidade política ou econômica. Para ela, hoje o comportamento da mídia está desintegrado da sociedade e não reflete todas as perspectivas e pontos de vista existentes – daí a exclusão, por exemplo, do protagonismo feminista, como veremos na análise das notícias. “Atuam recortando e selecionando segundo a escala androcêntrica de valores nunca explícita, a realidade com os textos e paratextos que incluem tipografias, imagens, gestos, vozes, cortes” (Fainholc, 1993: 12-13).

A mídia, como mantenedora e propagadora de hegemonia, seria uma das detentoras do “monopólio da ‘identidade’ humana”, expulsando o “diferente”: mulheres, negras/os, gays, lésbicas, bi e trans (Maffia, 2007: 34), dentre outros. A “expulsão” se daria pela manutenção das convenções linguísticas, que “estão intimamente imbricadas com as hierarquias estabelecidas pelo sistema social de sexo/gênero na cultura ocidental” (Fainholc, 1993: 13 – tradução nossa).

Além da linguagem, pelo menos outros dois pontos são fundamentais para analisar a notícia no que tange à cobertura sobre mulheres: o uso da imagem e a hierarquia dada ao texto dentro do veículo de comunicação.

As imagens, tanto nos meios audiovisuais quanto nos impressos, têm um forte impacto na transmissão da informação (Santoro, 2007: 147). Em geral, observa a autora, constata-se que as mulheres aparecem menos que os homens e quando isso ocorre, predominam o destaque para os papéis tradicionais e os estereótipos, como o de mãe e responsável pela família; profissionais relacionadas ao cuidado com a saúde (enfermeiras) ou pessoal (empregadas domésticas, secretárias); mulheres nuas ou seminuas muito atraentes, que servem para vender os mais variados produtos; e mulheres que fizeram algo “ruim”, que não é o que se supõe “inerente” ao seu “ser”.

Já o posicionamento da notícia, ou seja, qual degrau de hierarquia ela ocupa dentro de determinada edição de um veículo de comunicação – no caso, no jornal – nos permite medir a valorização ou desvalorização de determinado assunto e seus protagonistas. Nas redações, alguns critérios determinam se um fato é ou não notícia e qual é o seu mérito entre todas as matérias publicadas naquela edição, ganhando um espaço maior ou menor. Para Santoro (2007: 138), entre estes critérios estão: novidade; atualidade; interesse coletivo sobre o tema; importância (quando envolve pessoas ou instituições reconhecidas); proximidade (quando diz respeito ao Estado, cidade ou país em que se vive); desvio e tragédia (quando algo extraordinário ocorre, como desastres e escândalos de corrupção).

Análise das notícias

Dentro do limite temporal estabelecido (1985-2005), a resposta inicial obtida pela análise das tabelas demonstra que, até meados da década de 1990, as mobilizações do Dia das Mulheres não conseguiram ter chamada na capa dos jornais. A primeira foi publicada em 09/03/1994 no *OESP* graças a uma notícia cujo foco principal era a inauguração de três delegacias especializadas no atendimento à mulher em São Paulo. A matéria também reportava o ato que havia ocorrido na capital paulista no dia anterior, além de descrever mobilizações em diversos países. Apenas em 2000, seis anos depois, novamente uma ação do 8 de Março foi capa de jornal. E guarda duas semelhanças com o primeiro: da mesma forma, trata-se de uma notícia publicada no *OESP* e o foco da matéria tampouco era a mobilização das mulheres, mas uma campanha lançada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão ligado ao Ministério da Justiça, e pela bancada feminina do Congresso Nacional, que incentivava a atuação política das mulheres. À mobilização realizada no centro de São Paulo, em frente ao prédio da Bolsa de Valores, foram dedicados os últimos três parágrafos do texto, que, aliás, trouxeram apenas falas de dois homens que assistiam ao ato, sem qualquer entrevista com porta-vozes ou participantes, somente umas aspas com o coro: “chega de sofrer / nós queremos as mulheres no poder”.

Destacamos aqui um trecho dessa notícia:

A manifestação recebeu o apoio de homens, que foram ao centro especialmente para isso. O funcionário público aposentado João Carlos Saccucci disse que queria ver mais mulheres em postos de comando. “Elas são mais corajosas do que os homens”. O bancário Antônio Inácio Pereira Júnior, de 30 anos, vai mais além. “As mulheres são mais honestas”. Para ele, o País estará melhor quando as mulheres o comandarem (Araújo; Miranda, 2000: A-11).

A partir do exemplo dessa notícia, concluímos que ela não é exceção entre as analisadas, pelo contrário: 61% delas não têm fontes, ou seja, na maioria das vezes, quem escreve a matéria a respeito das manifestações não consulta ninguém envolvido com a questão. Foram 36 textos sem nenhuma fonte, 14 com apenas uma, dois textos com duas fontes, seis com três fontes e um com quatro fontes – este último em ato de 1994 que contou com a participação de então políticos do Partido dos Trabalhadores, Luiza Erundina e Lula, entrevistados na ocasião.

Ainda sobre a matéria do *OESP* publicada em 2000, esta explicita que “organizações não-governamentais, sindicatos e partidos políticos lançaram oficialmente a Marcha Mundial de Mulheres 2000”³. Contudo, traz apenas esta informação sobre o assunto, sem esmiuçar o que quer dizer a nova sigla e seu impacto ou entrevistar alguma das envolvidas nesse processo.

No ano seguinte, em 2001, a *Folha* publicou sua primeira chamada de capa das mobilizações do 8 de Março: “Agricultoras apedrejam loja do McDonald’s”. Na foto, a principal da capa, as trabalhadoras rurais estão em frente a uma das unidades da cadeia de lanchonetes segurando uma bandeira brasileira. A matéria, contudo, não ocupa posição de destaque no jornal e parece menos contundente que o prometido na primeira página: dentro do caderno “Cotidiano”, vem com o título de “Porto Alegre, Recife e Belém têm protestos”⁴. Todo o texto é relativo às manifestações promovidas pela Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) e a *Folha* entrevista uma das participantes, identificada como liderança do MST no Rio Grande do Sul, Nina Tonin. A pauta de reivindicações

³ “A Marcha Mundial das Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Sua primeira etapa foi uma campanha entre 8 de março e 17 de outubro de 2000. Aderiram à Marcha 6000 grupos de 159 países e territórios. As manifestações de encerramento desta primeira fase da Marcha no dia 17 de outubro de 2000 mobilizaram milhares de mulheres em todo o mundo, nesta ocasião foi entregue a ONU um abaixo assinado com cerca de 5 milhões de assinaturas em apoio às reivindicações da Marcha. (...) No Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres juntou setores como o movimento autônomo de mulheres, movimento popular e sindical, rural e urbano; ampliou o debate econômico entre as mulheres e as trouxe para as ruas.” Disponível em: <<http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha>>. Acesso em 06/09/2009.

⁴ Porto Alegre, Recife e Belém têm protestos. Da Agência Folha. *Folha de S. Paulo*. 09/03/2001, p. C3.

– contrária à política econômica do governo federal e aos alimentos transgênicos, que segundo as manifestantes eram comercializados pela lanchonete – fica clara ao longo do texto, onde o McDonald’s e o então ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, também colocam seus posicionamentos. A matéria é encerrada com uma declaração de Nina, em tom de ameaça: “Se não tivermos respostas concretas nos próximos meses voltamos às ruas, com homens e crianças”.

Aliás, desde 1995, quando a ANMTR foi fundada, as mobilizações das trabalhadoras rurais começaram, aos poucos, a figurar nas páginas dos jornais. A primeira aparição foi em 1999 no *OESP*, com o título “Data tem manifestações em todo o País”. O artigo ocupa posição de destaque tanto no jornal quanto na página – inclusive com foto – e traz informações sobre mobilizações das mulheres do MST e do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Em 2001, a *Folha* publica duas matérias sobre as mobilizações das trabalhadoras rurais, assim como o *OESP*, que dá ênfase ao MST. Em 2003, a *Folha* noticia “Mulheres invadem sede do Incra em Recife”, que tem destaque dentro do jornal (está no Caderno “Brasil”) e traz duas fotos da ação, mas não entrevista nenhuma organizadora ou participante, classificadas todo o tempo de “invasoras”:

Trabalhadoras rurais invadiram ontem a sede do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Recife para reivindicar agilidade no processo de reforma agrária e assistência às famílias assentadas. As mulheres são ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e à CPT (Comissão Pastoral da Terra), braço agrário da Igreja Católica. Cerca de mil lavradoras, segundo as entidades, participaram da manifestação, que durou seis horas e foi realizada em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje. A Polícia Militar não foi acionada e não avaliou o número de invasoras. (...) As invasoras desocuparam o prédio às 14h30, após receberem a promessa de que o presidente nacional do Incra, Marcelo Rezende, viria a Recife no final do mês para participar de uma reunião (Guibu, 2003: A8).

Em 2004, tanto a *Folha* quanto o *OESP* publicam duas matérias sobre as ações das mulheres sem-terra, com foco em um encontro do MMC com o presidente Lula em Brasília. Identificamos, portanto, também uma diferenciação de classe quando a cobertura envolve sem-terra.

Voltando à questão das capas, em 2002, é a vez do *OESP* noticiar com destaque o 8 de março, com a matéria “Mulheres festejam conquistas. E protestam”. No texto sobre o ato em São Paulo, mais uma vez nenhuma participante ou organizadora é entrevistada.

Finalmente, em 2005, os dois jornais trazem na primeira página fotos da manifestação na Av. Paulista. A data marca o lançamento da *Carta Mundial das*

*Mulheres*⁵, uma plataforma de propostas da Marcha Mundial das Mulheres que rodou o mundo, começando em São Paulo e encerrando em Burkina Faso. Na *Folha*, o foco foi a reivindicação de legalização do aborto, com falas de uma das organizadoras (Nalu Faria) e uma participante (Juliana Abramides). Apesar de entrevistar duas pessoas no ato, o texto não deixa claro para o leitor o que é, de fato, a *Carta Mundial das Mulheres*, fornecendo apenas alguns elementos a seu respeito.

Ao nos atermos à utilização de imagens e de linguagem sexista e da hierarquização da notícia, obtivemos também alguns dados significativos.

A maioria das matérias relativas ao Dia Internacional das Mulheres recebeu posição de destaque dentro do jornal, integrando o primeiro caderno deste (na *Folha*, editorial “Brasil”; no *OESP*, “Geral”): foram 35 matérias nessa situação contra 24 matérias em outros espaços da publicação. Contudo, apenas 12 desses textos são a chamada principal da página em que estão. Outras 43 matérias – 78,1% do total – não tiveram um posicionamento prioritário⁶.

No que tange às imagens, a maior parte das matérias não possuía recursos visuais, tais como fotos, mapas ou infográficos: 30 delas estão nessa situação, contra 25 que tiveram fotos publicadas junto com o texto. Nestes casos, as imagens observadas dizem respeito aos protestos realizados. A falta de fotos e demais referências gráficas também são um indício da importância menor da notícia e contribuem para que ela ocupe uma posição secundária.

Por fim, concluímos que 35 textos – 59% do total – utilizavam uma linguagem sexista e que outros 24 evitavam-na, ao menos uma vez. Entre as primeiras, os termos mais utilizados e que nos levaram a tal diagnóstico foram “os manifestantes” e “os organizadores” para se referir às ações realizadas exclusivamente por mulheres. Não houve alteração significativa entre jornalistas homens e jornalistas mulheres. Destaca-se ainda casos como uma matéria de 09/03/1999 publicada pelo *OESP* em que a sem-terra Diolinda Alvez de Souza é identificada como “mulher do líder José Rainha Júnior”. Este caso específico pode, em última instância, explicitar o que estaria implícito na maioria das notícias analisadas: a legitimação dos “papéis sexuais” distintos entre homens e mulheres e a naturalização destes, que levariam a priorizar determinados assuntos e fontes. Grosso modo, isso se define pelas

identidades genéricas e os papéis que respondem à hierarquização e são produtos da confluência de fatores biológicos, socioculturais e histórico-políticos, em

⁵ A íntegra da *Carta Mundial das Mulheres* está disponível em: <<http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=cartaMundial>>. Acesso em 06/08/2009.

⁶ Há quatro matérias em que não foi possível identificar o posicionamento na página porque o fac-símile destas não se encontra nos arquivos da *Folha*, mas apenas os textos.

permanente movimento e mudança. Os mandatos do “deve ser” das mulheres e dos homens obedecem à ideologia que prevalece e vão constituindo seus desejos e projetos de vida; mas não são estáticos nem permanentes nem homogêneos (...) Em nosso meio prevalecem os valores masculinos da racionalidade, do êxito e da competitividade. Ao mesmo tempo, para a mulher prevalece a exaltação da maternidade e da “pureza” (Ibarlúcia, 2007: 285).

Assim, ao Diolinda ser tratada como “esposa” e as mulheres da Via Campesina como “histéricas”, entre outros exemplos, reafirma-se a naturalização dessas construções sociais. Isto se torna ainda mais relevante se considerarmos que as manifestações do Dia Internacional das Mulheres necessariamente têm um conteúdo político e ocupam, ao mesmo tempo em que questionam, um espaço historicamente marcado por parâmetros masculinos.

Segundo Saffioti (2003: 42),

Como as mulheres foram, nas sociedades mais simples, objeto de troca por parte dos homens e o são, embora disfarçadamente, nas sociedades mais complexas, a tarefa de estabelecer alianças ficou a cargo dos homens. As mulheres sempre foram os veículos de negociações. Ora, a política – onde o poder é, por excelência, exercido – consiste em negociar, em fazer e desfazer alianças. Esta lide treina os homens não somente na negociação, mas na percepção da oportunidade de estabelecer tal ou qual aliança com tal ou qual facção. As mulheres não recebem esse treino. Desta forma, o gênero é sim um eixo a partir do qual o poder é articulado. Esta articulação processa-se em detrimento das mulheres. Poucas são as que chegam aos parlamentos do mundo inteiro. Em lá chegando, mostram-se canhestras na negociação, enfim, como não poderia deixar de ser, neófitas no exercício do poder.

A autora entende as mulheres como sujeitos históricos – não obstante sejam tratadas como não-sujeitos – que atuam permanentemente, seja ratificando o ordenamento social machista, seja solapando-o – o que, em nossa compreensão, ocorre no 8 de Março por excelência.

Um jornalismo com perspectiva de gênero é possível?

Após a análise proposta, confirmamos nossas hipóteses iniciais sobre o tratamento pejorativo e sexista dos meios de comunicação em relação àquelas que protagonizam ações políticas. Percebemos ainda que, em muitos espaços, a fala daquelas que estavam organizando e participando de atos sequer foi ouvida, reiterando a posição hierarquicamente inferior que as mulheres ocupam na sociedade. Posição essa que a mídia não apenas reproduz, mas também, cotidianamente, produz.

Encerramos essa breve reflexão com uma nova pergunta: a partir dos dados obtidos, como seria possível um jornalismo com perspectiva de gênero?

Algumas estudiosas do campo, como Charer e Santoro (2007), propõem bases para isso. Admitindo que não existe uma teoria sobre jornalismo de gênero, elas focam na prática e elencam quatro categorias prioritárias a serem transformadas: as fontes e o ponto de vista – recorrer às nossas próprias fontes confiáveis; já que as oficiais reproduzem o imaginário sexista reinante; a linguagem – repensar o uso gramatical genérico do masculino; a utilização de imagens – ter um equilíbrio numérico entre fotografias de protagonistas masculinos e femininos; evitar os papéis tradicionais; e o valor/posicionamento da notícia.

Contudo, pensando os meios de comunicação como um dos sustentáculos de manutenção de hegemonia do grupo dirigente, dificilmente podemos admitir que qualquer mudança mais significativa venha deles – para além de atitudes de profissionais individuais. Pelo contrário: parece-nos mais cabível olhar para o potencial das ruas como um agente a despertar tensão na atividade jornalística.

Nesse sentido, seria interessante refazer essa pesquisa em outro momento histórico, em especial analisando as matérias acerca da chamada “Primavera Feminista”, em 2015, quando milhares de mulheres protestaram Brasil afora contra um projeto de lei que visava impedir o acesso à pílula do dia seguinte no Sistema Único de Saúde. Assim, poderíamos vislumbrar se, em um levante mais contundente, massificado e, em certa medida, surpreendente – uma vez que o 8 de Março é obviamente datado –, o tratamento seria o mesmo.

Por ora, concluímos que, ao considerarmos que “os meios de comunicação social se convertem em uma necessidade intrínseca do desenvolvimento econômico” (Fainholc, 1993: 11) e que se comportam como agentes de controle social⁷ sobre pessoas ditas divergentes – gendrados, racializados, sexualizados – redefinir ou reelaborar a cobertura hoje passaria por uma redefinição ou reelaboração dos próprios meios de comunicação. Para dar voz plena e plural às mulheres seria necessário basear-nos em parâmetros bastante diferentes dos vigentes.

Bibliografia

ARAÚJO, Chico; MIRANDA, Luciana (2000). Campanha incentivará atuação política da mulher. *O Estado de S. Paulo*. 09 de março.

⁷ Idem.

- BLAY, Eva Alterman (2004). 8 de Março: conquistas e controvérsias. *Núcleo Piratininga de Comunicação*. Disponível em: <<http://nucleopiratininga.org.br/8-de-marco-conquistas-e-controversias-3/>>. Acesso em 11 de abril de 2017
- BOCCHINI, Maria Otília; RELMÃO, Sandra (2006). Participação da mulher na mídia. In: MELO, José Marques; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (orgs.). *Mídia cidadã – utopia brasileira*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.
- CHAHER, Sandra (2007). Primeiras aproximaciones al periodismo de género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo – introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones.
- COTÉ, Renée (1984). *La journée internationale des femmes*. Québec: Remue-Ménage.
- FAINHOLC, Beatriz (1993). *La mujer y los medios de comunicacion social*. Buenos Aires: Editorial Humanitas.
- GAMBA, Susana Beatriz (org.) (2007). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: Editoria Biblos.
- GIANOTTI, Vito (2004). O dia da mulher nasceu das mulheres socialistas. *Núcleo Piratininga de Comunicação*. 08 de março. Disponível em: <187.4.128.194/port/noticias/one_news.asp?IDNews=3822>. Acesso em 11 de abril de 2017.
- GRAMSCI, Antonio (2007). *Cadernos do Cárcere*, volumes 1, 2 e 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUIBU, Fábio (2003). Mulheres invadem a sede do Incra em Recife. *Folha de S. Paulo*. 8 de março.
- HERSCOVITZ, Heloiza Golbspan (2007). Análise de conteúdo qualitativa. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (orgs.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis: Vozes.
- LAUDANO, Claudia (2007). Medios de Comunicación. In: GAMBA, Suzana Beatriz (coord.). *Diccionario de género y feminismos*. Buenos Aires: Editorial Biblos.
- IBARLÚCIA, Blanca (2007). Roles sexuales. In: GAMBA, Susana Beatriz (org.). *Diccionario de estudios de género y feminismos*. Buenos Aires: Editoria Biblos.
- MAFFÍA, Diana (2007). Sujetos, política y ciudadanía. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo – introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones.
- MELO, Jacira (2003). Publicar é uma ação política. *Revista Estudos Feministas*, n. 11, Florianópolis.

- SAFFIOTI, Heleieth (2003). Conceituando gênero. *Cartilha Gênero e educação*. Coordenadoria Especial da Mulher. Prefeitura de São Paulo.
- SANTORO, Sandra (2007). La práctica del periodismo de género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia. *Las palabras tienen sexo – introducción a un periodismo con perspectiva de género*. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones.